



4012 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

CRECHE UNIVERSITÁRIA: O DESAFIO ESTÁ POSTO

Silvânia Brito Araújo - UESB - UNIVERSIDADE ESTADUAL SUDOESTE BAHIA

Ennia Débora Passos Braga Pires - UESB - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

Geovania Fagundes Ribas - UESB - UNIVERSIDADE ESTADUAL SUDOESTE BAHIA

RESUMO

Este texto, recorte de pesquisa de mestrado, objetiva discutir as Políticas Públicas para Educação Infantil nas creches universitárias da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, na qual a apreciação dos dados ocorreu por meio de análises de documentos, de entrevista semiestruturada, tendo como aporte teórico o método do materialismo histórico dialético.

Palavras-Chave: Políticas Públicas. Educação Infantil. Creche Universitária.

CRECHE UNIVERSITÁRIA: O DESAFIO ESTÁ POSTO

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a Educação Infantil vem assumindo novos contornos, sobretudo a partir da Constituição Federal de 1988, que passa a reconhecer a Educação Infantil como direito da criança e não mais vinculada ao direito da mulher trabalhadora.

Vale ressaltar que a Educação Infantil alcançou significativo destaque no contexto da educação brasileira, tendo sido uma das áreas em evidência na pesquisa, visto que crescimento dos estudos tem sido bastante significativo, principalmente nos programas de pós-graduação. Ademais, Rocha (2001) evidencia a grande diversidade de temas estudados referentes à Educação infantil, especialmente na área da educação, pontuando, também, que o foco dos estudos tem sido especialmente as questões relacionadas ao cotidiano da Educação Infantil, destacando como fase importante no processo de construção da cidadania, no fazer pedagógico, a importância do brincar. Contudo, algumas temáticas parecem receber um maior aprofundamento nos estudos, enquanto outras são pouco exploradas.

Nessa perspectiva, destacamos as creches em universidades como objeto dessa temática que necessita de investigação e aprofundamento, uma vez que elas as creches foram criadas no âmbito da política de benefício social e passaram a fazer parte dos propósitos da política pública educacional da Educação Infantil. Strenzel (1998) menciona a produção científica da área, entre os anos de 1983 e 1998, destacando que não houve estudos sobre o papel das creches universitárias, no que diz respeito à sua contribuição no avanço dos conhecimentos através do desenvolvimento de pesquisas. Nesse sentido, Fávero (2000), Rocha (2001) e Raupp (2004) chamam atenção para a necessidade de investigação sobre as creches universitárias, na perspectiva da produção e da divulgação de conhecimento sobre a Educação Infantil.

ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Esse método se justifica pelo fato de a sociedade ser naturalmente conflituosa e as relações estabelecidas no processo de conhecimento do sujeito e objeto acontecerem em relações dialéticas.

Como instrumento de pesquisa, utilizamos a análise documental e a entrevista semiestruturada, por considerar as mais adequadas para a realização da coleta de dados desta investigação. Segundo Lüdke e André (1986), a análise documental possui algumas prerrogativas, pois os documentos são fontes estáveis e ricas, e permanecem mesmo com o passar dos anos; podem ser consultados inúmeras vezes, podendo embasar diferentes pesquisas, o que dá maior confiabilidade aos resultados alcançados; além disso, são fontes poderosas, das quais podem ser retirados dados relevantes que baseiem as conclusões do pesquisador. A entrevista semiestruturada justifica-se por entendermos que os sujeitos devem ser compreendidos a partir do seu ponto de vista, na descrição dos fenômenos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A história da creche converge com as modificações na sociedade em seus vários ângulos: social, econômico, político, cultural e ideológico. Diante da crescente complexidade da vida moderna, do mundo capitalista, em que a mulher vê-se obrigada a desempenhar funções paralelas às atividades familiares, com destaque à educação dos filhos pequenos, destacamos que, por anos, a sociedade atribuiu essa função à figura feminina. Dentre os fatores que contribuíram para a mudança de paradigma e para a expansão do trabalho feminino e sua permanência, podemos citar, em primeiro lugar, a necessidade econômica que se intensificou com a deterioração dos salários dos trabalhadores do sexo masculino, o que obrigou as mulheres a buscarem uma complementação para a renda familiar. Em segundo lugar, a crescente urbanização, trazendo milhares de pessoas do campo para a cidade e o ritmo acelerado de industrialização, demandando a incorporação de novos trabalhadores, incluindo os do sexo feminino. O terceiro fator refere-se às mudanças nos padrões de comportamento e nos valores relativos ao papel social da mulher; para isso contribuíram os movimentos feministas e a presença feminina cada vez mais atuante nos espaços públicos, em busca do reconhecimento e da valorização. E, por fim, a expansão da escolaridade e o acesso das mulheres às universidades.

Nesse sentido, a creche em locais de trabalho surge como uma bandeira de luta dos movimentos sociais. É a partir dessa demanda que surgem as creches universitárias. Assim, ao analisar o documento de implementação da creche na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB (BAHIA, 1988), encontramos a justificativa que não destoia do contexto histórico de outras creches universitárias, mas demarca o surgimento da creche nos locais de trabalho como uma conquista das lutas dos trabalhadores, respaldando-se à luz da legislação brasileira, tendo como base a CLT de 1943, que determinava que as empresas com mais de 30 mulheres deveriam ter um lugar para a guarda das crianças durante o período de amamentação.

Considerando a crescente complexidade da vida moderna, onde a mulher vê-se obrigada a desempenhar funções paralelas à atividade familiar, para concorrer com o próprio sustento e manutenção da família, considerando ainda, o crescente número de funcionárias e professores da UESB no *campus* de Vitória da Conquista que, ao saírem para o trabalho, não têm com quem deixar os filhos menores de quatro anos; apoiados ainda, na própria legislação, que obriga empresas com mais de trinta (30) mulheres na faixa de 16 a 30 anos, a das mães trabalhadoras, [...] atendendo à justa e antiga reivindicação dos funcionários, implanta a Creche [...] tendo como maior finalidade a guarda e assistência aos filhos de funcionárias e professoras no turno de trabalho das mesmas na Instituição (BAHIA, 1988, *campus* 1).

Isto evidencia que a implementação das creches na UESB pautou-se primeiramente na assistência à necessidade da mulher, ligada ao trabalho extradomiciliar, uma demanda recorrente do mundo capitalista. A creche tornou-se um sonho e uma bandeira de luta da classe trabalhadora das mães funcionárias públicas, que buscavam um lugar seguro para deixar seus filhos pequenos, enquanto trabalhavam. Palmen (2004, p. 33) destaca que, tanto no Brasil como no mundo, as raízes da Educação Infantil se ligam e se consolidam em relação a questões externas, a necessidades e direitos das crianças.

Torna-se importante, ainda, pontuar que a história do atendimento relacionado à Educação Infantil, no âmbito das creches universitárias, corresponde a múltiplas determinações da reprodução da vida social “[...], pois, as instituições de educação da criança pequena estão em estreita relação com as questões que dizem respeito à história da infância, da família, da população, da urbanização, do trabalho e das relações de produção” (KULHMANN JR., 1998, p. 16).

Destacamos em nossos estudos, além do perfil assistencialista que preponderou no ato da implementação da creche universitária da UESB, que a profissionalização na Educação Infantil também foi dificultada em virtude do contexto histórico vinculado prioritariamente à ideia de assistência dos menores, logo, se pensava que não havia necessidade de formação mínima para ser “cuidadora de criança”.

O documento de implementação das creches nos *campi* da UESB, não menciona nada em relação à formação mínima do profissional para trabalhar com as crianças pequenas. O documento pontua uma desvalorização do profissional que trabalha direto com as crianças, sendo exigido apenas que o mesmo ‘goste’ de criança.

O papel do educador deverá ser semelhante ao da mãe (boa) que estimula o filho a crescer (andar, falar, experimentar coisas novas), incentivá-lo a tentar realizar sozinho determinadas tarefas, mas, ao mesmo tempo, estar presente para auxiliá-lo e protegê-lo quando necessário (BAHIA, 1988).

Nesse sentido, verificamos que a implementação da creche na UESB baseou-se na política de massa, com modelo de baixo investimento de recursos públicos, no qual não há exigência de uma formação mínima para se trabalhar com a Educação Infantil. Este modelo é característico da política neoliberalista que, na condição de ideologia, enfraquece o Estado, constituindo-se em “mínimo” para as políticas sociais, e “máximo” para o mercado financeiro.

Com base na política da não exigência da formação mínima para atuar na Educação infantil, a mulher é considerada um ser instintivamente preparado para cuidar de crianças, independentemente de ter ou não filhos; assim, saber lidar com crianças pequenas, bastaria para ser capaz de cuidar. Essa concepção de que a mulher é a protagonista dessa função está ligada à ideia de que a mesma é uma “educadora por natureza”, pois assume que elas nascem com atributos, ou certa predisposição para lidar com a criança, o famoso “jeitinho”, o que denuncia um olhar reducionista, no sentido de desqualificação do trabalho educativo na Educação Infantil.

Anteriormente, não era exigida uma formação inicial dos professores de creche no Brasil. A creche contava com a professora leiga, que, conforme relatos de Campos (2008, p. 122), “[...] geralmente não contava com nenhuma qualificação, a maior parte das creches, sendo tradicionalmente vinculada à área de assistência social, que não adotava nenhuma exigência de escolaridade [...]”.

Após a promulgação da Lei 9.394/96, que em seu título VI, dispõe sobre os profissionais de Educação, traz como determinação que formação dos profissionais de Educação Infantil far-se-á em nível superior, em cursos de licenciatura de graduação plena em formação mínima para o magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, oferecida em nível médio, na modalidade normal (BRASIL, 1996). As disposições transitórias da referida lei determinam que, a partir de 1996, somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviços.

Chama-nos a atenção o fato de, após dez anos da implementação da primeira creche no *campus* 1 da UESB, ter ocorrido um desrespeito no tocante à formação mínima para se exercer o trabalho com a Educação Infantil, tendo no seu documento a exigência de apenas de ‘gostar de criança’. Em 1998, ano de implementação da creche *campus* 2 da UESB, a Universidade não descumpra a LDB, que, apesar de reconhecer o magistério como formação mínima para se atuar na Educação Infantil, determina que nas contratações, a partir de 1996, seja observada a habilitação em nível superior. O que não foi observado na seleção dos profissionais das creches da UESB (*campus* 2), para as quais se exigiu apenas a formação mínima, evidenciando uma contradição, pois a Universidade é uma instituição que forma profissionais graduados em nível superior e, de certa forma, a escolha pela formação mínima na seleção para atender à Educação Infantil em (1998), demonstra uma desvalorização dessa etapa da Educação Básica, como também do trabalho que a própria universidade desenvolve com a formação superior.

CONCLUSÃO

No caminhar desta investigação, pudemos identificar alguns determinantes históricos que contribuíram para a criação das creches da UESB, pois sua implementação está vinculada às reivindicações trabalhistas, respaldadas nas legislações e no movimento feminista em prol da luta por creches em locais de trabalho. Esse processo histórico que antecedeu a implementação da creche definiu uma identidade de benefício social, a princípio aos servidores e professores da universidade e, posteriormente, aos alunos.

Dessa forma, verificamos que as creches universitárias surgem com o objetivo básico de atender aos filhos da comunidade universitária, contudo, não houve, na maior parte dos casos, capacidade para o atendimento da demanda total.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). **Documento de Implantação da Creche Bem Querer**, campus de Vitória da Conquista – BA, 1988.

BAHIA. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). **Informativo Creche Casinha do Sol**, 2016.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.

CAMPOS, Maria Malta. Educar crianças pequenas: Em busca de um novo perfil de professor. **Revista Relatos da Escola**, Brasília, v. 2-3, p. 121-131, jan./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em: 13mar. 2018.

FÁVERO, Maria de Lourdes de. **A Universidade no Brasil: das origens à construção**. Rio de Janeiro. Editora UFRJ/Inep, 2000.

KUHLMANN JR, Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

PALMEN, Sueli Helena de Camargo. **A implementação de creches nas Universidades Públicas Estaduais Paulistas**. 2004. 270f. Tese (doutorado em Educação), Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2004.

RAUPP, Marlene Dandolini. Creches nas universidades federais: questões, dilemas e perspectivas. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, p. 197-217, jan./abr. 2004.

ROCHA, Eloisa Acires Candal. **A pesquisa em Educação Infantil no Brasil: trajetória recente e perspectivas de consolidação de uma pedagogia da educação infantil**. Florianópolis: UFSC, 2001.

STRENZEL, Giandréa Réus. A Educação Infantil na Produção Científica dos Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil. CED/UFSC, **ANPED**. 1998. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em: 15 mar. 2018.